

SÍNTESE DO PANORAMA CONJUNTURAL

Janeiro de 2025
em Fevereiro de 2025

Balanço da economia brasileira em 2024

A economia brasileira em 2024 apresentou um desempenho acima do esperado, evidenciando uma desconexão entre os dados concretos e as previsões do mercado financeiro. O crescimento do PIB foi revisado de 1,55% em janeiro para 3,5% no final do ano (gráfico nº 1), embora o IBC-Br de dezembro indique 3,8%. As projeções para o setor de serviços passaram de 1,7% para 3,8%, enquanto a indústria cresceu 3,1%, superando a previsão inicial de 1,75%, e a indústria de transformação registrou 3,7%, segundo o IBGE. A agropecuária, por sua vez, deve recuar 1,7%, conforme estimativa do Ministério da Fazenda, impactada por fatores climáticos e ajustes no mercado de commodities.

O consumo das famílias e do governo deve crescer 5,1% e 2,1%, acima dos 1,9% e 1,5% projetados no início de 2024, impulsionado pela queda do desemprego, aumento da renda real e políticas sociais no primeiro caso, e por estímulos fiscais no segundo. Os investimentos avançaram de 1,4% para 6,8%, sinalizando maior confiança dos agentes econômicos.

No comércio exterior, o Brasil manteve um superávit, apesar do aumento das importações. As exportações cresceram 4,0%, superando a projeção inicial de 2,7%, enquanto as importações subiram 13,7%, acima dos 2,0% esperados. Esse movimento reflete o dinamismo da demanda interna, impulsionado pelo consumo e pelos investimentos em bens de capital e insumos produtivos. O saldo comercial aumentou de US\$ 70,5 bilhões para US\$ 74,3 bilhões. No entanto, o déficit em conta corrente se aprofundou, passando de -US\$ 40,3 bilhões para -US\$ 51,9 bilhões, reflexo da maior demanda interna e do aumento das remessas de lucros ao exterior.

O mercado de trabalho apresentou resultados positivos, com a taxa de desemprego caindo de 8,2% para 6,0%. A massa salarial real cresceu de R\$ 305,1 bilhões no trimestre encerrado em janeiro para R\$ 332,6 bilhões em outubro, um aumento de 9,0%. Esse crescimento reforçou o consumo das famílias e impulsionou os setores de serviços e comércio. O aquecimento do mercado de trabalho e o aumento da renda real contrastam com as previsões do mercado financeiro, que persistiu em apontar uma desaceleração da economia e riscos inflacionários elevados.

No âmbito fiscal, os dados de 2024 indicam uma trajetória de ajuste e cumprimento do arcabouço fiscal. A dívida bruta do governo geral recuou de 78,71% para 76,1% do PIB, enquanto a dívida líquida do setor público caiu de 64,45% para 61,2% do PIB. O déficit primário do Governo Central foi de R\$ 11,032 bilhões, ou 0,09% do PIB, cumprindo a meta fiscal estabelecida. O déficit acumulado até dezembro ficou em R\$ 11 bilhões, bem abaixo dos R\$ 230,5 bilhões registrados em 2023. Apesar dessa melhora, o mercado segue enfatizando riscos fiscais, desconsiderando a recuperação das contas públicas e a trajetória sustentável da dívida.

Embora os resultados sejam positivos, a manutenção da política monetária restritiva afeta o dinamismo da economia. A análise das médias móveis trimestrais do IBC-Br revela uma tendência de desaceleração persistente, sugerindo que a combinação de juros elevados e a ausência de novos estímulos fiscais podem comprometer o crescimento no curto prazo e dificultar a implementação da política industrial. O fortalecimento do sistema de inovação é essencial para retirar o Brasil da armadilha da renda média.

A política monetária restritiva, por sua vez, tem impactado a confiança dos empresários da indústria, como sugerem os dados do ICEI da CNI. O Índice de Condições Atuais, em 44,4 pontos, indica uma percepção negativa das condições econômicas recentes, refletindo os efeitos de juros elevados e restrição ao crédito sobre a atividade produtiva. A estabilidade do Índice de Expectativas em 51,5 pontos sugere incerteza: os empresários estão pessimistas quanto à economia brasileira no médio prazo, possivelmente devido à queda da demanda agregada decorrente do aperto monetário. No entanto, o otimismo em relação às próprias empresas sugere que, apesar do ambiente macroeconômico adverso, há expectativa de resiliência, sustentada por fatores como ajustes internos, inovação ou nichos de mercado menos afetados. Isso indica que, embora a restrição monetária afete a confiança no nível agregado, algumas empresas buscam estratégias para mitigar seus efeitos no curto prazo.



Inflação desacelera, mas BC mantém política restritiva

O mercado projeta que a taxa Selic encerrará 2025 em 15,0% ao ano, atingindo 15,25% em outubro. A inflação acumulada em 12 meses até janeiro foi de 4,6%, ante 4,8% em dezembro, ligeiramente acima da banda de tolerância de 4,5%. A inflação implícita nos papéis prefixados para 252 dias úteis permaneceu em 7,1%. Para os próximos 12 e 24 meses, o mercado estima inflação de 5,8% e 4,2%, respectivamente. Essas projeções têm levado o Banco Central a manter a política monetária restritiva e acelerar a alta da Selic para convergir a inflação à meta de 3% ao ano.

Na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), o Banco Central destacou que o cenário prospectivo de inflação continua desafiador, com riscos assimétricos indicando maior probabilidade de inflação acima do projetado. A atividade econômica mostrou resiliência, impulsionada pelo mercado de trabalho aquecido, política fiscal expansionista e ampla concessão de crédito. No entanto, sinais iniciais de moderação no crescimento foram observados, especialmente em setores mais sensíveis ao crédito. O Comitê enfatizou que a desaceleração da atividade econômica é essencial para o equilíbrio entre oferta e demanda e para a convergência da inflação à meta.

O mercado de crédito apresentou comportamento misto: enquanto o crédito bancário começou a dar sinais de inflexão devido ao aperto das condições financeiras, o mercado de títulos privados manteve crescimento acima do esperado. Para o BCB, a política fiscal e monetária precisam ser coordenadas para evitar impactos negativos sobre a taxa de juros neutra, o que poderia comprometer a efetividade da política monetária e elevar o custo da desinflação. A percepção sobre o regime fiscal e a sustentabilidade da dívida influenciou os preços de ativos e as expectativas dos agentes, reforçando a necessidade de disciplina fiscal.

Ainda segundo a Ata do Copom, as expectativas de inflação se desancoraram em todos os prazos, aumentando os custos da desinflação. O cenário de curto prazo continua adverso, com alta nos preços de alimentos devido a choques climáticos e elevação das carnes, além da pressão cambial sobre bens industrializados. A inflação de serviços, com maior inércia, segue elevada e acelerou recentemente, refletindo o dinamismo da atividade econômica. A inflação acumulada nos próximos meses tende a permanecer acima do intervalo de tolerância da meta, o que pode resultar em descumprimento formal do regime de metas.

O cenário externo também adiciona incertezas, com riscos geopolíticos e dúvidas sobre a condução da política econômica global, incluindo a trajetória da economia norte-americana e seus impactos sobre os fluxos de capital para mercados emergentes. A volatilidade cambial exige maior cautela na condução da política monetária doméstica. O Copom avaliou que parte dos riscos inflacionários se materializou, mas persistem incertezas sobre a condução da política econômica interna e externa. Embora o cenário-base contemple uma desaceleração gradual, há risco de que a atividade econômica doméstica desacelere mais do que o esperado, o que poderia gerar efeitos desinflacionários ao longo do tempo.

A manutenção da atual política monetária, desnecessária diante dos claros sinais de desaceleração da economia brasileira, gera os seguintes riscos. O custo do crédito para empresas aumentaria, desestimulando investimentos produtivos, especialmente em setores intensivos em capital e inovação. A contração dos investimentos retardaria a modernização industrial e a expansão da capacidade produtiva, prejudicando a competitividade da economia. Além disso, a elevação dos juros impactaria o mercado de trabalho, dificultando a criação de novos postos e podendo elevar a taxa de desemprego. Com menor dinamismo econômico e arrefecimento da demanda agregada, a renda real das famílias poderia sofrer redução, acentuando desigualdades e comprometendo o consumo. Esse cenário reforça a necessidade de um equilíbrio entre a condução da política monetária e a preservação de condições favoráveis ao crescimento econômico.

A produção industrial brasileira em dezembro de 2024

Em 2024, a indústria brasileira registrou um crescimento significativo e disseminado entre seus setores, expandindo-se de maneira robusta pela primeira vez em uma década sem partir de uma base deprimida. A produção industrial avançou 3,1%, impulsionada, sobretudo, pelos macrosetores de bens de consumo duráveis (+10,6%) e bens de capital (+9,1%). A indústria de transformação cresceu 3,7%, revertendo a retração de 2023. No entanto, o último trimestre do ano indicou uma desaceleração, influenciada por fatores como eventos climáticos adversos, alta dos juros, volatilidade cambial e aumento das incertezas. O impacto dessas variáveis já refletiu nos indicadores de confiança empresarial, que voltaram a sinalizar pessimismo em janeiro de 2025. Ainda assim, fatores como a expectativa de uma boa safra agrícola, estímulos ao investimento e o fortalecimento do BNDES podem atenuar os efeitos da desaceleração no curto prazo.[1]

Variações da Produção Industrial %

	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	No ano	Doze meses
Indústria Geral	-0,3	1,6	3,1	3,1
Bens de capital	-1,1	13,7	9,1	9,1
Bens intermediários	0,6	1,5	2,5	2,5
Bens de consumo	-2,2	-0,3	3,5	3,5
Bens de consumo duráveis	-1,6	9,8	10,6	10,6
Semiduráveis e não duráveis	-1,8	-1,8	2,4	2,4
Extrativa Mineral	0,8	-7,0	0,0	0,0
Transformação	-0,8	3,5	3,7	3,7

Fonte: IBGE.

De acordo com os dados da CNI, a utilização da capacidade instalada caiu -0,8 ponto percentual entre novembro (79,0%) e dezembro de 2024 (78,2%), considerando os dados livres de efeitos sazonais. Na comparação entre dez/23 e dez/24, essa variável registrou queda de -1,9 pontos percentuais.

PANORAMA CONJUNTURAL DA INDÚSTRIA

PUBLICAÇÃO MENSAL DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS - FIEA

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS - FIEA

PRESIDENTE:

José Carlos Lyra de Andrade

1º VICE-PRESIDENTE:

José da Silva Nogueira Filho

DIRETOR EXECUTIVO:

Walter Luiz Juca Sá

COORDENADOR UNIDADE TÉCNICA

Helvio Braga Vilas Boas

INSTITUTO EUVALDO LODI - IEL

DIRETOR REGIONAL:

José Carlos Lyra de Andrade

SUPERINTENDENTE:

Helvio Braga Vilas Boas

COORDENADORA DE INOVAÇÃO E PESQUISA:

Eliana Maria de Oliveira Sá

ELABORAÇÃO:

NÚCLEO DE INOVAÇÃO E PESQUISA - IEL/AL

COORDENADORA:

Eliana Maria de Oliveira Sá

CONSULTORES:

Luciana Peixoto Santa Rita

Reynaldo Rubem Ferreira Júnior

ANALISTAS:

Morgana Maria Machado Moura

Juliana Ferro Pereira

ESTAGIÁRIOS:

Welde Messias Vieira da Silva

Pablo Henrique Costa Franciolly
Fonseca

Vanielly Clesia Santos de Almeida

DESIGN/LAYOUT:

Yasmin Nayara de Araújo Costa

Janeiro de 2025
em Fevereiro de 2025